

Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles*

Luciana Teixeira de Andrade
Juliana Gonzaga Jayme
Rachel de Castro Almeida

Resumo

A bibliografia que trata das mudanças nos espaços públicos das grandes cidades aponta para o seu declínio e para a caracterização da contemporaneidade como dominada por um individualismo exacerbado que prioriza a vida entre iguais em espaços vigiados e privatizados ou nos chamados espaços semipúblicos, como os *shopping centers*. No entanto, um olhar mais atento sobre a cidade pode contrariar essas teorias. Este artigo reflete sobre essa discussão a partir de uma pesquisa que abordou as formas de sociabilidade em algumas praças de Belo Horizonte, constatando que há transformações significativas na forma de interagir nos espaços públicos das cidades, por exemplo, uma busca cada vez maior pela convivência entre iguais – o que revela que a segregação socioespacial que se observa na cidade é reproduzida nos seus espaços públicos. Apesar dessas mudanças, porém, percebeu-se que esses espaços ainda possuem grande vitalidade.

Palavras-chave: espaços públicos; cidades; praças; sociabilidade; segregação socioespacial.

Abstract

The bibliography that deals with changes in the public spaces of great cities points to their decline and to the characterization of contemporaneity as dominated by a great individualism that prioritizes life among equals in watched and privatized spaces or in spaces known as semi-public, such as shopping malls. However, a closer look at the city might contradict these theories. This article reflects on this discussion, starting from a survey that approached the sociability forms in some squares in the city of Belo Horizonte, showing that there are significant transformations of the way of interacting in the public spaces of cities; for instance, an increasing search for conviviality among equals – which reveals that the social-spatial segregation that is observed in the city is reproduced in its public spaces. Despite these changes, however, it was observed that these spaces still have great vitality.

Keywords: public spaces; cities; squares; sociability; social-spatial segregation.

A literatura que trata das recentes mudanças nos espaços públicos das grandes cidades aponta para várias transformações, que incluem desde os casos extremos de privatização de ruas e praças, como ocorre nos condomínios fechados (Caldeira, 2000; Andrade, 2003) e nas favelas e bairros dominados pelo tráfico de drogas (Souza, 2000), bem como o uso de gradis no perímetro de praça como estratégia para a vedação e possibilidade de cerceamento desses espaços (Serpa, 2003) até uma retração do convívio nos principais espaços públicos da cidade em troca da convivência em espaços semipúblicos, como os *shopping centers*. Essas mudanças têm gerado diversas interpretações. Uma delas, talvez a mais difundida, detecta o declínio dos espaços públicos e o domínio do tempo presente por um individualismo exacerbado que prioriza a vida entre iguais em espaços vigiados e privatizados (Sennett, 1988; Davis, 1993; Augé, 1994; Serpa, 2003 e 2007).

Algumas pesquisas empíricas sobre a convivência nos espaços públicos das grandes cidades, porém, revelam realidades mais complexas.¹ E, ainda que as formas de usufruir e interagir nos espaços públicos tenham sofrido significativas alterações – em grande parte decorrentes de um generalizado sentimento de insegurança –, é possível afirmar que alguns espaços públicos mantêm grande vitalidade.

A partir de uma pesquisa em praças de Belo Horizonte, percebeu-se uma mudança nas formas de sociabilidade nos espaços públicos, motivada principalmente por um forte sentimento de insegurança e uma alteração na sociabilidade cotidiana decorrente dos modos de vida urbana contemporâneos.

Além disso, a apropriação desses espaços difere conforme os grupos sociais. Os estratos mais altos optaram pela vigilância constante dos espaços públicos próximos às suas residências, por meio da contratação de segurança privada e de pressão sobre o executivo municipal para a tomada de medidas destinadas a dificultar a presença dos mais pobres e a desvalorização imobiliária do local. Também adotaram comportamentos mais vigilantes nos espaços públicos e privilegiaram os semipúblicos. Os grupos de menor poder aquisitivo continuam frequentando os espaços públicos tradicionais, como os do centro da cidade, e os espaços próximos às suas residências, em geral mal cuidados pelo poder público e abandonados até mesmo pela polícia, fato que muitas vezes os transforma em ponto de consumo e tráfico de drogas, especialmente à noite. Durante o dia, continuam a abrigar uma sociabilidade típica dos bairros populares, como o encontro entre vizinhos, sejam jovens, crianças ou adultos.

Este artigo focaliza os espaços públicos, mais do que a esfera pública, entendida como espaço de representação. É comum que esses termos apareçam como intercambiáveis, mas a distinção é necessária para os objetivos deste trabalho. Interessa aqui o espaço público como espaço físico da cidade (e estamos tratando aqui especificamente de praças) em que ocorrem interações de um determinado tipo, diferente das interações que têm lugar nos espaços privados. Rogério Proença Leite, por exemplo, diferencia espaço urbano de espaço público, afirmando, com Habermas e Arendt, que o espaço urbano só se torna público quando é investido de significação.

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente (Leite, 2002, p. 116).

Assim, o espaço público vai além da rua, porque só se torna público a partir das ações que dão sentido a determinados espaços e também são influenciadas por eles. A reflexão feita aqui, então, não se volta para a dimensão da esfera pública como “espaço” – não necessariamente físico – de expressão da vida pública, próprio de uma sociedade democrática, como as câmaras e assembleias, os conselhos, as associações e os movimentos populares. Embora essa distinção preliminar seja importante, cabe registrar que tais dimensões não são excludentes, até porque o espaço público mantém suas qualidades de esfera pública. Mas trata-se aqui de priorizar a investigação dos tipos de sociabilidade e de controle existentes nos espaços públicos da cidade, onde se desenrola a vida cotidiana de seus cidadãos.

A vida pública e a intimidade não podem ser pensadas de forma estática, já que mudam consoante o contexto. De acordo com Sennett (1998), os domínios público e privado devem ser vistos como fenômenos evolutivos, na medida em que modificam com o tempo. Assim, vida pública e intimidade não devem ser vistas necessariamente como contraditórias, mas como complementares e, além disso, como aponta Matta (1997, p. 55), tal oposição também não é

absoluta, especialmente no Brasil, antes, deveria ser pensada dinâmica e relativamente. Em suas palavras:

[...] na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa” ou seu “ponto”. (Ibid.)

Para as Ciências Sociais, os espaços públicos interessam como lugares que propiciam certo tipo de interação em princípio diferente das interações observadas nos espaços privados.² Neles se espera um tipo específico de interação e uma disposição a se submeter a determinadas situações sociais, como expor-se a diferentes pessoas (uma vez que se trata de um espaço aberto a todos) e a certas convenções, como respeitar o direito do outro ao uso desse mesmo espaço. Nos espaços públicos, as diferenças sociais e as hierarquias são temporárias e relativamente suspensas, porque ali todos têm direitos iguais no que se refere ao uso e à apropriação do espaço.

Enfim, os espaços públicos, como compreendidos pelos cientistas sociais, são lugares de convivência que expressam estilos de vida (Giddens, 1997), relações de poder (Lofland, 1985, Hansen, 2002) e formas de apropriação por distintos grupos sociais, sendo, portanto, lugares segmentados e identitários. São ainda lugares representativos da vida e da história das cidades, lugares simbólicos, característica essa mais explícita nos espaços das áreas centrais.

O que melhor define esses espaços é a sua natureza de abertos a todos. Definição

típico-ideal no sentido weberiano, uma vez que os espaços das cidades contemporâneas possibilitam várias situações intermediárias, como os *shopping centers*, as ruas controladas por segurança privada, os parques públicos que cobram a entrada, entre outras. Além disso, por meio de pesquisas empíricas é possível notar as restrições sociais a essa dimensão típico-ideal, na medida em que elas revelam como os encontros nos espaços públicos são mediados por relações de poder, estilos de vida, segmentações e, em muitos casos, segregações (Kaztman, 2001) e que o encontro entre estranhos nem sempre é desejado (Lofland, 1985).

A questão mais relevante, porém, é que todo espaço público é construído socialmente. Essa dimensão já fora destacada por Simmel (1939) em sua sociologia do espaço, pois as formas de sociabilidade e de apropriação dos espaços públicos, além de se transformarem constantemente, expressam processos sociais mais gerais de uma sociedade em um determinado tempo e lugar. Como espaço construído socialmente, é também lugar de conflitos entre os diferentes grupos sociais, além de espaço de poder, de afirmação de um grupo sobre outro (Hansen, 2002). Suas formas de apropriação evidenciam restrições que, apesar de não formais, são tão ou mais eficazes. Um espaço ocupado preferencialmente por um grupo de alto poder econômico e simbólico, por exemplo, constringe a permanência de pessoas de baixa renda. Espaços ocupados preferencialmente por jovens não são muito convidativos aos idosos e vice-versa. Esses exemplos demonstram que a abordagem dos espaços públicos pelo foco das interações e apropriações pelos diferentes grupos revela tensões e conflitos que não

se restringem à simples separação entre o público e o privado.

A abordagem do conflito e do poder inerentes às apropriações sociais dos espaços públicos remete a outra questão relevante no estudo das praças: até que ponto a segregação residencial existente na cidade se repete nos espaços públicos? E, ainda, segue uma mesma lógica ou aponta para conflitos de outra natureza?

As praças são os espaços públicos escolhidos para essa abordagem uma vez que estão mais intimamente ligadas à vida cotidiana, o que permite apreender a diversidade social característica das grandes cidades. Os encontros nas praças e a sua intensidade não se dão por acaso. O planejamento desses espaços, seus equipamentos e sua manutenção pelo poder público ou pelos moradores são elementos que precisam ser considerados, assim como a natureza da praça, se lugar histórico e simbólico da cidade, se praça de bairro ou mesmo simples rotatória para carros.

Este texto tem como objetivo discutir as formas de sociabilidade nos espaços públicos, a partir de uma pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte durante os anos de 2004 e 2005 sobre as sociabilidades, os conflitos e as formas de apropriação das praças. Não se trata de um conjunto homogêneo de lugares e sociabilidades. Há as praças de bairros, com uma sociabilidade bastante local. Há as dos espaços centrais, lugares de passagem para um grande número de pessoas, mas também de sobrevivência para outros. Suas rotinas alteram-se segundo as horas do dia e os dias da semana. Os usos nos fins de semana são, na maioria delas, bastante distintos dos usos nos dias de semana, assim como o público. A intervenção

do poder público e das associações de moradores são também fatores que influenciam os seus usos e apropriações.

Praças de Belo Horizonte

Belo Horizonte é uma cidade planejada, cujo projeto foi elaborado por uma equipe, coordenada pelo engenheiro Aarão Reis. Seguindo uma concepção higienista, o projeto adota um modelo de cidade fechada, definida pelo desenho e com extrema importância dada à circulação, especialmente de veículos (Guimarães, 1991).

As praças tiveram um papel importante no planejamento de Belo Horizonte. Marcam os cruzamentos das principais avenidas e ruas, assim como suas extremidades. Algumas, como a Praça da Liberdade, tiveram seu lugar cuidadosamente escolhido. Essa praça, construída a partir de elaborado projeto urbanístico e paisagístico, situa-se no ponto mais alto da cidade planejada e é cercada pelo palácio do governo e suas secretarias. Fora da área planejada e em bairros mais tradicionais, as praças continuaram a ocupar um lugar central, muitas vezes na frente de uma igreja. Mas, na maioria dos bairros, principalmente nos mais novos, elas deixaram de ocupar os espaços nobres e centrais. Nesses bairros, é comum encontrar praças que são simples rotatórias ou se situam em partes íngremes e de difícil aproveitamento. A regional Centro Sul – que compreende a área planejada da cidade mais os bairros do seu entorno – é a mais nobre e concentra o maior número de praças. Em Belo Horizonte, após a descentralização da administração municipal, as praças passaram

a ser administradas pelas regionais, que se dividem em nove.

Além da maior concentração de praças na regional Centro Sul, as diferenças entre áreas centrais e periféricas também aparecem quando se comparam os equipamentos e a manutenção. As praças da regional Centro Sul são as mais bem cuidadas e também as que mais contam com adoção por empresas,³ o que contribui para seu melhor estado de conservação. Segundo dados de março de 2002, 321 praças eram adotadas. Entre essas, 128 (40%) se localizavam na regional Centro Sul.

Na década de 1990, foram projetadas e construídas em Belo Horizonte duas grandes praças – Praça JK e Praça da Barragem Santa Lúcia – em lugares bastante significativos socialmente, pois fronteiras entre bairros de classe média alta e favelas. Considerando os seus projetos, ambas recuperaram a tradição, ainda que modificada, das primeiras praças da cidade: são lugares amplos, com projetos bem elaborados e que contemplam diversos usos. Diferem das praças originais principalmente por seus usos atuais. Se antes as praças eram lugares de contemplação, de *footing* e de encontros, hoje, as mais frequentadas, como no caso dessas duas praças, são as que possuem pistas para caminhadas e/ou equipamentos para exercícios físicos. Outra peculiaridade dessas duas praças é que, situadas em áreas de transição entre a população de alta renda e a residente em favelas, seus projetos previram atividades que atendem às demandas socioculturais desses dois grupos.

Quatro praças foram escolhidas para análise neste artigo: a Praça JK, situada no bairro Sion e a Praça Lagoa Seca, localizada no bairro Belvedere, ambas na regional

Centro Sul, uma terceira situada em um bairro de classe média baixa na regional Norte, aqui denominada Praça X⁴ e a mais recente de todas, denominada oficialmente Área de Esporte e Lazer da Via Expressa, que se localiza no bairro Coração Eucarístico, na regional Noroeste.

Todas essas quatro praças são bem posteriores à origem da cidade, e se localizam no anel externo à área planejada, no interior da Avenida do Contorno. Não são, portanto, praças centrais, mas todas são muito utilizadas pelos moradores. As duas primeiras com capacidade de atrair não apenas os moradores da sua proximidade, mas também dos bairros vizinhos, já as outras duas têm como público os moradores do seu entorno.⁵

A Tabela 1 apresenta uma classificação mais precisa da condição socioeconômica dos moradores dos bairros no entorno das praças pela unidade do IBGE denominada área de Ponderação ou AED (Área de Expansão

Demográfica),⁶ que reúne um conjunto contíguo de bairros.

A Praça JK situa-se na AED Cruzeiro/Anchieta e Sion, onde também se localiza a Vila Acaba Mundo, com 1.295 habitantes ou 3% da população total da AED. Já a Praça da Lagoa Seca está localizada na AED Mangabeiras/São Bento/Papagaio, em que a população do Aglomerado do Morro do Papagaio (um conjunto de favelas) representa 43,45% dos domicílios dessa AED. Essa informação é importante para a interpretação dos dados, pois, enquanto na AED da Praça JK mais de 70% das famílias têm rendimento médio superior a dez salários mínimos, na AED Belvedere há uma concentração nos extremos, ou seja, uma maior desigualdade, pois 36,58% das famílias recebem menos de dois salários mínimos mensais, enquanto 41,47% têm rendimento médio mensal superior a dez salários mínimos.

Na AED correspondente ao bairro onde se situa a Praça X, 76,57% das famílias

Tabela 1 – Percentual de Famílias por classe de renda mensal do responsável em salários mínimos

AED/Bairros ⁷	Regional/Praça	Até 2 SM	Entre 2 e 5 SM	Entre 5 e 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Cruzeiro/Anchieta/Sion (Acaba Mundo)	Centro Sul (Praça JK)	4,54	7,11	16,40	71,95	100
Mangabeiras/São Bento/Papagaio (Belvedere)	Centro Sul (Praça Lagoa Seca)	36,58	15,49	6,45	41,47	100
João Pinheiro – Dom Cabral – Coração Eucarístico	Noroeste (Área de Esporte e Lazer da Via Expressa)	26,11	22,87	23,72	27,30	100
Bairros não identificados	Norte (Praça não identificada)	41,77	34,80	16,65	6,79	100

Fonte: IBGE, Censo de 2000, dados trabalhados pelo Observatório das Metrópoles, Metrodata, <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>

têm rendimento mensal menor do que cinco salários mínimos. Nesse sentido, enquanto para a Praça JK 70% dos responsáveis têm rendimento médio mensal acima de dez salários mínimos, na Praça X menos de 7% dos responsáveis atingem esse patamar de rendimento. Na AED João Pinheiro-Dom Cabral, onde se localiza a área de Esporte e Lazer Via Expressa, há uma distribuição mais uniforme entre os rendimentos médios mensais.

Para chegar a essas quatro praças foi realizada uma pesquisa empírica em uma amostra das praças de Belo Horizonte em três regionais, selecionadas a partir da análise do Índice de Vulnerabilidade Social/IVS.⁸ A escolha dessas três regionais se deu pela constatação de que a partir delas é possível se obter uma boa amostra da situação do município. A Regional Centro-Sul possui UPs com o menor índice de vulnerabilidade social, mas também apresenta grande desigualdade. A Regional Norte revela-se, em geral, como uma área de alto índice de vulnerabilidade social e a Regional Noroeste apresentaria a maior heterogeneidade, já que há quase todas as faixas do IVS – com exceção da menor, abundante na Centro-Sul – em suas Unidades de Planejamento.

O primeiro passo da pesquisa consistiu em um mapeamento, por meio de um trabalho de campo, em todas as praças dessas três regionais. O objetivo desse mapeamento foi conhecer as condições físicas da praça, seus usuários, assim como os seus usos mais frequentes.

Já os estudos de caso consistiram em observações e entrevistas com seus usuários, buscando conhecer os usos e apropriações desses espaços, assim como os conflitos e as possibilidades de interação entre os conhecidos e estranhos.

A Praça JK

A Praça JK, oficialmente denominada Parque JK,⁹ situa-se entre os bairros Sion e a Vila Acaba Mundo.¹⁰ Ali era um córrego que foi aterrado no final da década de 1980. No início da década de 1990, foi elaborado um projeto para a construção de uma praça no local, mas sua execução iniciou-se apenas na segunda metade dessa década. Nesse intervalo, o espaço foi apropriado e cuidado pelos moradores da Vila Acaba Mundo em associação com uma moradora do Sion.

No final da década de 1990, o projeto da praça, depois de apresentado às comunidades de moradores do bairro Sion e da Vila Acaba Mundo, foi executado. A praça conta com equipamentos de ginástica, amplos espaços para lazer e duas pistas para caminhada. Seus jardins estão constantemente floridos e são cuidados por uma empresa privada que participa do programa “Adote o Verde” da Prefeitura Municipal e, em troca, faz sua propaganda no local. Seus frequentadores são os moradores do Sion e da Favela Acaba Mundo e moradores de outros bairros – especialmente da zona sul – pois, além das muitas possibilidades de lazer para crianças e adultos, o local oferece, frequentemente, diversos eventos culturais.

A Avenida Bandeirantes, que dá acesso à praça para os moradores do Sion e para os que vêm dos outros bairros, é uma das principais vias da região, com trânsito intenso e comércio variado.

A Praça JK é ainda contornada por uma via de trânsito local, que permite o acesso à favela. Nas suas duas laterais há residências com alto padrão de acabamento (casas de um lado e prédios de outro).

Ao fundo vê-se a favela e, atrás da favela, a Serra do Curral.

Entre os equipamentos da Praça JK destacam-se as duas pistas de caminhada, aparelhos para ginástica, um campo de futebol, uma piscina de areia e várias áreas livres em forma de círculos. Essas qualidades permitem que nela se reúnam pessoas de diferentes estratos sociais e idades. A diversidade social é garantida pela presença da favela, pois os outros frequentadores são dos bairros próximos, todos de classe média.

As crianças de classe média, sempre acompanhadas de babás ou de parentes mais velhos, ficam, as mais novas, em um círculo menor da praça, situado no centro e, as mais velhas, no círculo maior próximo à Avenida Bandeirantes. Ali andam de bicicleta, patins ou jogam bola. As crianças residentes no Acaba Mundo usam principalmente a parte da praça mais próxima de suas casas. Em geral estão desacompanhadas. Os meninos brincam no campo de futebol e as meninas preferem as barras de ginástica do círculo próximo à favela, onde fazem malabarismos. Ao contrário das crianças de classe média que levam brinquedos para as praças, as crianças da favela raramente o fazem. Elas caminham pela praça, brincam nas barras de ginástica e algumas pedem dinheiro perto da barraca de cocos ou se oferecem para vigiar os carros.

Na visão da presidente da associação dos moradores da Vila Acaba Mundo, a falta de brinquedos na praça limita o seu uso pelas crianças da Vila:

[Deveria ter] um balanço, um escorregador para as crianças usarem, porque só tem barras de ferro para fazer ginástica, musculação (...) a criança tem

que ter o brinquedo para utilizar o espaço, quando a criança não tem, ela não brinca, brincar de quê? (Entrevista, agosto de 2004).

A presença de adolescentes e jovens é mais rarefeita, a não ser próximo às barras, fazendo ginástica. O grupo maior é composto por adultos e idosos que fazem caminhadas em duas pistas paralelas, uma no sentido horário e outra no sentido anti-horário, o que possibilita vários encontros. Esse grupo é formado exclusivamente pelos estratos médios.

O lugar mais frequentado pelos adultos da favela é uma escada que dá acesso à praça e se localiza bem em frente à vila. Alguns usam também o campo de futebol. No fim de semana é possível vê-los com seus filhos em brincadeiras, mas é na escada que se concentram e de lá observam o movimento da praça.

Atrás dessa escada, entre a favela e a praça, e no ponto mais alto desta, é comum ver um policial. Segundo alguns entrevistados, ele oferece uma sensação de segurança para os que caminham na praça. Outros dois policiais costumam rondar a praça a cavalo.

As entrevistas realizadas com os usuários da praça revelaram diferentes percepções da segurança. Os moradores da Vila se mostram menos preocupados, até porque circulam diariamente pela praça, o que favorece a intimidade com o local. As pessoas mais inseguras são os moradores do Sion e de outros bairros que se sentem ameaçadas pela presença da favela e dos seus moradores na praça, como relatou uma ex-usuária, agora frequentadora da Praça da Lagoa Seca. Ela costumava caminhar na Avenida Bandeirantes, mas não na Praça JK, por temer

a favela. Outros têm uma opinião oposta e reagem ao que consideram estigmatização da população favelada. O mais recorrente, porém, é um comportamento controlado. As pessoas sabem da ocorrência de alguns crimes, porque presenciaram ou ouviram falar e, por isso, tomam certas precauções, como não carregar bolsas e celulares e evitar determinados horários em que a praça fica mais vazia e sem policiamento.

Segundo dados da Polícia Militar, em 2003 foram registrados vinte crimes na praça, conforme a Tabela 2.

O medo e a distância social perpassam as relações entre os moradores da Vila e os do Sion e de outros bairros. Ambos os grupos frequentam a praça, mas em espaços separados. As duas áreas mais próximas à favela – o campo de futebol e um dos círculos com barras de ginástica – são de uso quase exclusivo dos seus moradores. Já a parte mais próxima à Avenida Bandeirantes – três grandes círculos, um deles contendo outro conjunto de barras de ginástica – é ocupada predominantemente pelos estratos médios, assim como as pistas de

caminhada. O que se observa é que a praça divide-se em duas, com predominância dos usuários dos estratos médios.

Esse confinamento dos moradores da Vila na parte da praça mais próxima às suas moradias se estende a uma pequena praça, da Carioca, que divide em dois braços a rua que dá acesso à favela. Durante as férias de julho de 2004, essa rua era intensamente utilizada pelos moradores para um improvisado jogo de baseball com pedaços de pau e garrafas pet. Jogadores e público se concentravam num espaço de seu uso exclusivo, em contraste com o lazer das crianças de classe média, que inclui brinquedos fabricados e raramente envolve várias crianças.

Sobre as relações dos moradores do Acaba Mundo com a praça e com os outros usuários, as entrevistas não revelam integração. Há o argumento de que a praça é deles, afinal foram eles que inicialmente cuidaram da praça. E, como disse uma garota, “eu moro quase aqui dentro”. A Tia Magda, uma moradora do Sion, é uma importante mediadora entre os moradores da Vila e os do Sion e outros bairros. Quando do plantio

Tabela 2 – Ocorrências registradas pela Polícia Militar na Praça JK durante o ano de 2003

Tipo de crime	Manhã (6 às 12h)	Tarde (entre 12 e 18h)	Noite (entre 18 e 24h)	Madrugada (entre 24 e 5h)	Total
Roubo a mão armada consumado a transeunte	2	–	5	–	7
Roubo consumado a transeunte	3	4	1	2	10
Roubo tentado a transeunte	–	1	–	–	1
Homicídio consumado	–	1	–	–	1
Homicídio tentado	–	1	–	–	1
Total	5	7	6	2	20

Fonte: Crisp/PMMG.

de árvores com as crianças da Vila, ela tentava incutir-lhes o sentimento de que aquele lugar também lhes pertencia, como forma de enfrentar o preconceito dos outros moradores. Segundo seu depoimento,

[...] quando iniciaram o plantio das árvores os moradores do Sion tratavam de forma preconceituosa os moradores da Vila, achavam que eles não tinham mais do que a obrigação de cuidar da praça,

ideia que se vinculava à tradição do trabalho manual por despossuídos. Mas dessa iniciativa ficou a percepção de que a praça é um espaço que lhes pertence. Desse movimento surgiu o Projeto Querubins, cujas oficinas de arte e esportes – música, capoeira, futebol etc. – atendem a 160 crianças e jovens entre seis e 18 anos. Segundo o depoimento de um voluntário do Querubins, “o projeto nasceu na praça”.

Não é possível saber como seriam as relações dos moradores da Vila com a praça sem essa mediação, mas, mesmo considerando que ela contribuiu para o sentimento de que a praça é deles, suas relações com os outros usuários são apenas de copresença no espaço ou então de prestação de serviços.¹¹ Uma moradora da Vila descreve assim os moradores do Sion:

Muita gente sem educação, a gente traz os meninos para brincar e os ricos puxam as crianças deles para não brincar com as nossas, tem muito preconceito.

As crianças aparecem em vários depoimentos porque, em muitas situações, geralmente em contextos sociais mais igualitários,

são elas que propiciam a aproximação entre os frequentadores, mas nesse caso o que chama a atenção é justamente a recusa dos moradores dos outros bairros em interagir de forma igualitária com as crianças que, em princípio, não deveriam ameaçar os frequentadores dos bairros. Não é que não exista interação, mas o seu conteúdo é de recusa ou de distanciamento, como mostra o depoimento da presidente da associação da Vila Acaba Mundo.

Eu acho que os ricos olham muito para os moradores da Vila com cara de dó, de medo. Vêem um menino sujo, já pensam: têm que dar as coisas (...). Eu acho que deveria mais procurar conhecer a história, saber um pouco, conversar e até sentar com a criança, bater um papo com ela, perguntar alguma coisa sobre a vida dela, dos pais delas, assim tentar ajudar. (Entrevista, agosto de 2004)

Ao dar seus brinquedos aos moradores da Vila, os do Sion reafirmam a distância que os separa.

Uma situação rara e interessante registrada pela pesquisa foi o encontro entre três crianças: Leandro, Victor e Rhavi, que brincavam na praça. Reproduzimos aqui o relato da pesquisadora que abordou essas crianças:

Parei para conversar com três garotos que brincavam, dois com aparência mais humilde, um se chamava Victor e o outro Leandro e disseram morar no Acaba Mundo. O Leandro era bem tímido, já o outro era mais falante. O mais arrumado se chamava Rhavi e disse morar nos EUA. Quando vem ao Brasil, duas vezes por ano, fica num apartamento

em frente à praça. Perguntei a idade dos garotos. Rhavi tinha 13 anos, os outros dois 12 anos. Perguntei se responderiam a um questionário, mas só Leandro e Rhavi aceitaram. O outro ficou inseguro, pois achava que teria que escrever. Os dois garotos que moram no Acaba Mundo estão cursando a 4ª série e Rhavi está na 8ª. A desigualdade não impedia esses garotos de brincarem. Rhavi andava de patins e os outros corriam. Mas os três riam muito juntos. Isso me chamou a atenção porque pela primeira vez vejo uma interação entre moradores da favela e um morador do Sion. Rhavi parecia gostar muito das brincadeiras e me disse ter acabado de conhecer os dois garotos. (Diário de campo, 9 de agosto de 2004)

Além da diferença de escolaridade, as respostas dos dois à entrevista contrastam no conteúdo e na fluência. Rhavi, que raramente frequenta a praça, tem muito mais fluência e argumentos. Já as frases de Leandro são sempre curtas. Quando perguntados sobre quais espaços da praça mais frequentam, Leandro respondeu a quadra de futebol e Rhavi as duas primeiras áreas (as mais próximas da Avenida Bandeirantes). E quando perguntados sobre as partes que não frequentam, as respostas novamente se opuseram: Rhavi disse não frequentar a quadra “porque sempre tem gente jogando” e Leandro não frequenta “a primeira parte da praça”. À pergunta se a praça tinha a “cara” do bairro e se era importante para Belo Horizonte, Rhavi se concentrou nos aspectos espaciais. Acha que a praça não tem a cara do bairro (ele pensa no Sion) “porque o bairro é muito fechado, há prédios por

todo lado e a praça é aberta”, mas acha que a praça é importante para a cidade “porque é um lugar que tem árvore e é aberto”. As respostas de Leandro, diferentemente, se concentravam nos aspectos sociais e da sobrevivência. Para ele a praça não tem a “cara” do bairro (ele pensa na Vila) porque “não parece nada com a Vila”. E acha importante a praça para Belo Horizonte “porque aqui a gente acha garrafa e vendemos”.

Praça da Lagoa Seca

A Praça da Lagoa Seca localiza-se, como a Praça JK, na regional Centro Sul, mas no bairro Belvedere III, uma terceira e polêmica etapa do loteamento de uma área localizada na divisa do município de Belo Horizonte com o município de Nova Lima, junto à Serra do Curral. O Belvedere I e II, exclusivamente residenciais e unifamiliares, correspondem às duas primeiras etapas desse loteamento iniciado em 1979 com a subdivisão de uma área em 900 lotes. Neste mesmo ano, inaugurou-se o primeiro *shopping center* da cidade, o BH *Shopping*, nas proximidades do bairro.

Fugindo aos parâmetros convencionais de aprovação de loteamentos pelo poder público municipal, o Belvedere III teve seu projeto aprovado na Justiça, um pouco antes da promulgação da nova Lei de Uso e de Ocupação do Solo de Belo Horizonte. O principal interesse dos loteadores e das construtoras era conseguir para esse último parcelamento parâmetros de ocupação mais permissivos. Nessa década, o Belvedere I e II já estavam praticamente ocupados, sendo considerados, juntamente com a região da

Pampulha e o bairro Mangabeiras, os bairros de residências unifamiliares mais nobres da cidade. Paralelamente, o BH *Shopping* se firmava como o principal *shopping* da cidade e cresciam, no município vizinho de Nova Lima, os condomínios fechados. Ou seja, a implantação do Belvedere III ocorreu num período de extrema valorização da região e os interesses imobiliários conseguiram se sobrepôr ao poder público municipal e à reação contrária da sociedade, desencadeada pelos moradores do Belvedere I e II, pelos ambientalistas e demais associações envolvidas no planejamento da cidade (Rodrigues, 2001).

Atualmente, o que se vê é um cenário contrastante. Numa parte do bairro, um conjunto de residências tem a Serra do Curral ao fundo e, na outra parte, ergue-se um “paliteiro de torres” e só por suas frestas – cada vez mais estreitas – pode-se ver a serra, tombada pelo Patrimônio Histórico do Município de Belo Horizonte. O que predomina são os edifícios residenciais, mas há também os comerciais, com salas e pequenos *shopping centers* voltados para as ruas. Seus moradores têm alto poder aquisitivo. Segundo dados da Câmara de Mercado Imobiliário (CMI), o Belvedere é o bairro com o preço do metro quadrado mais alto da cidade: “O preço médio do metro quadrado para apartamentos prontos no Belvedere é de 3 mil reais. Para empreendimentos comerciais, o valor é de 1,5 mil reais e, quando o assunto é casa, o custo do metro quadrado chega a 350 reais” (Especial Encontro, Mercado Imobiliário, junho de 2004).

Em decorrência de sua aprovação peculiar, não foi destinada ao bairro nenhuma área pública de lazer e de encontro. A solução encontrada pelos loteadores e construtoras

foi o aproveitamento de uma área denominada Lagoa Seca, entre as ruas Juvenal de Melo Senra, Elza Brandão Rodarte e Vicente Guimarães. Em dois de seus lados, a praça é rodeada por edifícios exclusivamente residenciais, em outro lado por edifícios com lojas para a rua e, na quarta lateral, separada por um jardim em aclave, uma pista de rolamento e pelo BH *Shopping*. Suas dimensões e forma são de um quarteirão, só que não ocupado. A intenção dos seus criadores era de que essa área contribuísse positivamente para a valorização do bairro e dos imóveis. Mas, como o bairro, essa é uma praça atípica. Sua área permanece como privada, mas seu uso é público, ainda que bastante seletivo. Quem a planejou, executou e atualmente cuida da sua manutenção é a Associação dos Amigos do Bairro Belvedere (AABB).¹²

A área livre e útil da antiga Lagoa Seca consiste apenas em uma pista de aproximadamente três metros de largura. No seu interior há um grande espaço livre, mas sem condições de uso, seja pela declividade do terreno, seja pelo córrego de água poluída. Na temporada de chuva essa área é inundada. Resume-se, portanto, a uma pista de caminhada em volta de uma área mais baixa e livre. Na pista não há bancos nem outros equipamentos de lazer.

Durante os dias da semana, suas pistas são intensamente ocupadas por pessoas que fazem caminhadas. Alguns se exercitam acompanhados por um *personal trainer*. O grupo que caminha e corre abrange várias faixas etárias. A maioria dessas pessoas está acompanhada, raras são as que andam ou correm sozinhas. Trata-se, portanto, de um exercício físico, mas também de uma forma de sociabilidade. Os horários de pico são os do início da manhã e do final da tarde. No

domingo, uma das ruas que contorna a praça é fechada, o que permite que também as crianças usufruam desse espaço com patins, bicicletas, velotrol ou *skate*. Trata-se de um grupo muito homogêneo socialmente: todos são brancos, vestem-se com roupas próprias para caminhada e, pela aparência, são pessoas dos estratos altos, o que condiz com o perfil dos moradores do bairro. Não se nota a presença de pessoas de outros estratos sociais. Como se pode ver, é um lugar bastante seletivo em relação aos usos e estilos de comportamento.

Uma usuária, moradora do bairro vizinho de Buritis, vem a essa praça porque a considera “mais segura e mais bem frequentada”, e descreve seu público como “pessoas que gostam de se mostrar com roupas de ginástica (...) há um desfile de corpo e de moda”, além de ser “um ponto de encontro para outros programas”.¹³

Um aspecto importante para a compreensão dos significados dos espaços públicos contemporâneos é a participação das associações de bairro, principalmente de bairros de classe alta. No Belvedere, as associações são muito ativas, a ponto de uma delas ter definido e executado o projeto da praça e atualmente cuidar da sua manutenção. É a associação que contrata os cinco funcionários que cuidam do jardim interno e da limpeza das calçadas e é também ela que arca com os custos da iluminação da praça, conforme o depoimento do presidente da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere (AABB):

Nós é que fizemos tudo, aí era um buraco. Tudo que você está vendo no Belvedere fomos nós que fizemos, a associação do bairro, o plantio de todas as árvores, nós aterramos a praça, nós

plantamos a grama em volta dela, fizemos o passeio, fizemos a iluminação de bolas externas, que é diferente da Cemig, o dela é de poste de concreto, os nossos são de ferro, aquelas bolas mais charmosas, e pagamos a conta de luz também. (Entrevista, setembro de 2004)

Uma moradora explicou a ausência de bancos na praça como uma tentativa de evitar a permanência de pessoas indesejáveis, o que o presidente da associação confirmou:

A ausência de bancos foi uma decisão nossa. Ela partiu do princípio: a praça vai ser uma praça de lazer, para criança andar no sábado e domingo, de velocípede, brincar e as pessoas andarem. Porque o primeiro banco que nós colocamos, no domingo veio uma família, infelizmente de uma menor posição social no país, veio da favela com sete mulheres e dez meninos, trouxeram cachaça, deu polícia e já deu confusão. A associação partiu de uma premissa: ou é o nosso espaço ou é o espaço que nós não vamos ser donos, e o banco vai nos tirar o direito de dizer: “Aqui é a nossa convivência, o nosso encontro”. Todo mundo se conhece aí, se encontra, então foi nesse ponto aí que nós não colocamos bancos (...) cada um tem o seu limite de ficar em pé ou sentado no meio-fio, então cada um encerra o seu limite e vai embora. (Entrevista, setembro de 2004)

O estatuto ambíguo de praça – propriedade privada e uso público – também se faz presente na forma como a associação assumiu a sua manutenção. O que inicialmente

poderia ser visto como uma participação da associação na gestão dos bens públicos, na verdade, vai bem além, uma vez que a associação se sente proprietária desse espaço, como se constata na fala do seu presidente. Daí a ambiguidade: culpa-se o poder público por sua ausência, mas é essa ausência que permite, como nos condomínios fechados (Andrade, 2001), uma gestão privada dos espaços públicos. Por outro lado, o poder público, que há tempos vem transferindo para o setor privado a gestão e manutenção de diversos bens públicos, exime-se de intervenção nos processos de privatização de bens públicos.

Ela [a associação] é dona da praça. Ela quem faz tudo, ela quem manda, ela quem limpa, ela quem administra, por ausência do poder público (...). A omissão deles nos leva a fazer tudo, e eles sabendo que a omissão deles e o nosso trabalho é importante para eles, é um bom relacionamento, eles não falam nada e nós fazemos a nossa parte. É como se fosse uma subprefeitura, com autonomia completa. Nós plantamos o que a gente quer, tudo do jeito que nós queremos, plantamos a grama como plantamos as áreas verdes. (Entrevista, presidente da associação, setembro de 2004, grifo nosso).

Uma grande preocupação dessas associações é a manutenção do valor dos imóveis do bairro, o que está intimamente ligado à conservação de uma alta qualidade de vida no local, traduzida, atualmente, pela segurança e exclusividade. A praça, além ser um bem raro na cidade, é muito utilizada para as atividades físicas, o que concorre para a

valorização do bairro, como argumenta o presidente da associação:

Se isso fosse um buraco, como você vende os prédios da praça? A Líder [construtora] vendeu todas as unidades dela ali rapidinho (...). Eles investem numa publicidade muito barata. (Entrevista, setembro de 2004)

As associações investem ainda na segurança pública e privada do bairro e da praça. A AMBB construiu o posto policial do bairro e as outras duas associações – Associação dos Comerciantes e dos Amigos do Belvedere – doaram para a polícia um carro e uma moto. Além disso, toda mudança que cause impacto no bairro – modificação no sentido do trânsito para realização de uma obra, instalação de um hipermercado, construção de um conjunto de prédios, entre outras – conta com a participação ativa da associação. Certas atividades comerciais consideradas indesejáveis também são evitadas. Segundo o presidente da associação:

Nós não deixamos colocar uma faixa no bairro. Se você quiser vender alguma coisa por aí, em cinco minutos nós cortamos as faixas, porque é proibido por lei. Nós não deixamos camelô aqui dentro. Não deixamos o cara vir vender jornal, revista na praça, camisa no bairro, roupa. A associação vai, interfere, chama a polícia e briga pelo direito. (Entrevista, setembro de 2004)

Assim as associações garantem que o bairro, apesar do adensamento e dos problemas de trânsito, mantenha o preço mais alto do metro quadrado da cidade. Esse tipo

de associativismo recebeu de Emilio Duhau a denominação “comunitarismo defensivo” e o seu resultado a “condominização da cidade”:

De este modo, por una parte se observa el despliegue de un pseudo comunitarismo defensivo (y as veces muy agresivo) que en las áreas de clase media se expresa a través de reivindicaciones en torno de la defensa del entorno urbano inmediato, buscando la protección del valor de la propiedad, el control de las externalidades urbanas y la exclusividad de los espacios residenciales en tanto que dispositivo de distinción, a través de instrumentos como los planes de usos del suelo, y de lo que podríamos denominar como creciente “condominización de la ciudad”. (Duhau, 2001)

Se a apropriação da Praça da Lagoa Seca como local de caminhada visa ao cuidado com o corpo e com a saúde, também pode ser percebida como a celebração de um estilo de vida e a manutenção de contatos sociais. Essas práticas revelam que tanto a praça como espaço público, quanto o cuidado do corpo, não podem ser pensados isoladamente, fazem parte de um complexo de relações sociais em que lugar, estilo de vida, formas de sociabilidade e controles sociais se definem de modo bastante específico. O que se percebe é que não se caminha em “qualquer lugar”, tampouco se caminha de “qualquer maneira”, há uma preparação para isso que inclui o investimento em roupas, tênis e demais acessórios, símbolos trocados durante as caminhadas e nos pontos de encontro.

Esse estilo de vida é reforçado pela Associação dos Amigos do Belvedere, que, em

recente campanha publicitária, lançou o seguinte *slogan* para o bairro: “Você vai descobrir o que é viver com estilo”.

Praça X

A Praça X localiza-se na regional Norte, em um bairro com características populares. Conforme a Tabela 1, 41,77% de seus moradores ganha até dois salários mínimos. Sua forma é triangular e com desníveis que conformam três ambientes distintos. O nível mais baixo é a área mais sombreada da praça, com árvores altas. Ali há um pequeno teatro de arena e bancos em forma semicircular e em “s”. Também nesse nível há uma cabine de apoio da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU – do município. Apesar dessa cabine, não há lixeiras na praça.

No nível intermediário há uma quadra poliesportiva com arquibancadas e cercada por um alambrado. Durante as observações, os frequentadores a usavam apenas para jogar futebol. No nível mais alto há três mesas para jogos – com tabuleiros de dama e xadrez pintados –, bancos ao redor das mesas, um banco semicircular e alguns canteiros com árvores médias. Entre os desníveis há escadas.

As observações mostraram que a praça é muito mal conservada. A grama não é podada, a tela do alambrado está arrebentada em várias partes e o lixo se espalha pelo chão em toda a sua extensão. A má conservação da praça parece não ter relação com ações de vandalismo, mas com o desgaste devido ao uso ao longo do tempo. O único sinal de vandalismo foi encontrado nas pichações, principalmente nos bancos.

A praça é contornada por três ruas, com alguns estabelecimentos comerciais fechados, exceto uma sorveteria e uma oficina. As casas, como os bancos da praça, estão pichadas. Seus frequentadores são os moradores do bairro e o que eles procuram é o que se pode chamar de lazer na praça. As crianças soltam pipa e correm, os adolescentes jogam futebol, há casais de namorados e muita gente fica ali apenas conversando. Não há nenhum comércio no interior da praça. Outro aspecto particular nesse espaço são pessoas que ficam nas calçadas em frente à praça – na porta de suas casas –, conversando, brincando ou apenas observando. É comum encontrar um senhor que coloca uma cadeira diante de sua casa e fica ali observando a praça. Vez por outra ele toca saxofone, o que dá a impressão de que as calçadas também fazem parte da praça. Enfim, a praça e seus arredores abrigam um tipo de sociabilidade mais tradicional, típica de bairros com relações de vizinhança mais consolidadas.

Um aspecto que chamou a atenção nessa praça foi a presença constante de um grupo de adolescentes – predominantemente homens –, que normalmente se senta em torno das mesas de jogos para conversar, jogar baralho e, principalmente, fumar maconha. Esses jovens frequentam a praça há aproximadamente dois anos¹⁴ e a maior parte deles está desempregada e não estuda. Foram entrevistados dez jovens, entre os quais apenas dois estudam e três trabalham, em todos os casos no emprego informal. Um ajuda o pai, que é pedreiro, “quando há serviço”; outro é catador de papel e vigia carros; e outro trabalha com o tio num bar: “*Meu tio tem um bar (...) e eu fico lá ajudando ele*”. Todos são moradores da região

e o fato de ali fumarem maconha não causa grande reação nos outros frequentadores. Apenas uma entrevistada reclamou, já os outros frequentam a praça sem se importarem com a presença desses jovens.

Em geral esses jovens vão ali apenas durante o dia, porque dizem que à noite a praça é muito perigosa. Como afirma um entrevistado: “*Eu venho só de tarde e venho de noite às vezes. (...) fica mais cheio, os caras mais barra pesada*”. Em todo o período de observação não se viu nenhum policial na praça. Uma senhora que a frequenta relatou-nos que, embora nunca tenha sofrido ou presenciado qualquer tipo de violência ali, não se sentia segura, já que não havia a presença da polícia. Sobre isso dois adolescentes respondem: “*Segurança não tem aqui não, eu nunca vi polícia aqui*”. “*Eu nunca vi polícia aqui. Ouvi falar uma vez que veio polícia à noite, mas os caras circulou*”.

O mal estado de conservação e a ausência de ocorrências policiais (durante o ano de 2003, não foi registrada nenhuma ocorrência na praça) são indicadores da ausência do poder público, que, na perspectiva dos adolescentes, é um aspecto positivo, pois torna a praça segura para “fumar um”. Mas, para a maioria dos moradores, inclusive o grupo de adolescentes, torna a praça inacessível, porque perigosa no período noturno.

Como se percebe, as estratégias de controle dessa praça são inteiramente diferentes das duas primeiras. A Praça JK é vigiada por policiais militares e a Praça da Lagoa Seca, por segurança privada, além de gerida por associações de moradores. Na praça da região Norte, diferentemente, não há controle pelo poder público, tampouco por segurança privada. Os próprios usuários evitam a praça quando está muito vazia e,

principalmente, no período noturno, quando é ocupada por um grupo que os moradores, provavelmente por medo, não identificam bem, mas dizem ser perigoso.

Área de Lazer e Esporte Via Expressa

Inaugurada em 27 de junho de 2004, a Área de Lazer da Via Expressa é conhecida pelos seus frequentadores como Praça da Via Expressa ou Praça dos Skatistas. Situada no canteiro central da Via Expressa, avenida de intenso fluxo de carros, seu formato é triangular e, antes de ser praça, havia ali um lote vago. Fechada por uma cerca de aproximadamente dois metros de altura, seu acesso se dá por um grande portão situado num dos vértices do triângulo. Paralela à cerca, uma pista de *cooper* asfaltada contorna a praça. Mais internamente, num dos lados do triângulo, há uma pista de *bicicross* – de areia e com uma elevação – circundada por uma área gramada. No lado oposto dessa pista, ocupando todo um lado do triângulo, há uma pista de skate, com rampas de concreto e barras de ferro, que também servem para a prática do esporte. Há outra pista de skate, de concreto, em formato abaulado. Há ainda bancos em semicírculo, um bebedouro e aparelhos de ginástica.

A história dessa praça, embora recente, é emblemática para a reflexão sobre os usos de espaços públicos na contemporaneidade, entre outros motivos por ser gradeada e fechada ao público durante a noite. A praça abre às seis da manhã e fecha às dez da noite.

Situada na regional Noroeste e próxima a uma vila – Vila São Vicente – e a três bairros – Coração Eucarístico, Minas Brasil, Padre Eustáquio – a Praça da Via Expressa é um espaço público cuja gerência cabe não só à prefeitura de Belo Horizonte, mas também ao Conselho Permanente de Usuários – CPU – composto por 13 entidades, entre associações de moradores – do bairro Coração Eucarístico e da Vila São Vicente –, de skatistas e de comerciantes. Percebe-se aqui o associativismo, como na Praça da Lagoa Seca, mas numa parceria formal com o poder municipal e, nesse caso, a distância em relação à Praça da Lagoa Seca é grande, já que esta é um espaço privado com uso público e mantido por associações de bairro. Aqui, diferentemente, trata-se de um espaço público mantido pela prefeitura em parceria com entidades abrigadas num conselho. Na portaria que formaliza a gestão da Área de Lazer, essa parceria torna-se clara:

O Secretário Municipal de Esportes (...) resolve:

Artigo 1º – O Equipamento Esportivo será gerenciado de forma compartilhada entre a Secretaria Municipal de Esportes, a Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Noroeste e o Conselho Permanente de Usuários – CPU, cujos membros serão eleitos por votação em assembléia e que terá a função de organizar e fiscalizar o agendamento das atividades a serem realizadas no local, através da normatização assinada pelas partes. (Portaria 003/2004. In: Belo Horizonte, 2004).

Embora haja uma gestão compartilhada, as entrevistas com alguns usuários da praça revelaram que eles desconhecem esse fato. Perguntados se sabiam quem cuidava da praça, alguns diziam que não sabiam e outros afirmavam ser a prefeitura.

Nas pistas de skate há grafites e pichações e numa delas se lê: *"It's just skate, but I like it"*. Os grafites foram executados com a permissão da prefeitura com o objetivo de evitar as pichações, uma vez que os pichadores não costumam pichar sobre grafites. No entanto, nos outros espaços não grafitados havia pichações.

Constatou-se a existência de dois grupos muito distintos de usuários da praça. De um lado, os skatistas, jovens entre 14 e 18 anos, predominantemente homens (vez ou outra é possível ver uma ou duas meninas, na mesma faixa etária, andando de skate) e, em geral, de classe baixa, dado que a maioria dos jovens entrevistados em dias de semana residia na favela próxima à praça. De outro lado, adultos – homens e mulheres – que usam a pista de *cooper* e parecem, ao menos pela forma de vestir, pertencer a um estrato social mais elevado. Nos fins de semana há também crianças acompanhadas de adultos, que levam bicicleta, patins ou skate e, nos dias de semana, adolescentes com uniforme escolar.

Nos dias de semana, a praça é frequentada majoritariamente por moradores dos bairros vizinhos e, nos fins de semana, por pessoas de diferentes regiões de Belo Horizonte e Contagem. Em conversa com os usuários de bairros mais distantes, percebeu-se que estavam ali porque passaram pela avenida em outra ocasião e viram a praça ou porque ficaram sabendo de uma nova praça em Belo Horizonte com equipamentos para a prática do skate.

Quando os pesquisadores de campo¹⁵ iniciaram a observação nessa praça, havia uma faixa em que os moradores da Vila São Vicente agradeciam ao prefeito e a uma vereadora a construção da praça. Embora a faixa iniciasse com os "moradores da Vila São Vicente", a assinatura era: "Skatistas da região". A vereadora revelou-nos, em conversa por telefone, que o projeto surgira de demandas de diferentes grupos da região, entre os quais os skatistas, algumas associações de moradores e de comerciantes. Ainda segundo ela, o fechamento teria sido decisão dos usuários representados pelo Comitê Permanente de Usuários (CPU).

A maioria dos usuários entrevistados desconhecia o motivo do fechamento da praça, mas imaginava que seria uma estratégia contra a ação de vândalos. Um funcionário da prefeitura relatou-nos que os moradores pediram que a praça fosse fechada para evitar esse tipo de ação. O que nos parece, entretanto, é que o fechamento da praça, análogo à ausência de bancos na Praça da Lagoa Seca, seria uma estratégia para evitar a presença de pessoas "indesejáveis". Outra hipótese é que ofereceria proteção para brinquedos como bolas ou mesmo skates não caírem na via pública. Mas essa proteção não justifica o fechamento à noite. Portanto, a hipótese que nos pareceu mais plausível é a de evitar que os moradores de rua, que se concentram na Via Expressa e nos seus viadutos, façam da praça um local de moradia ou pelo menos de pernoite.

Tanto a Praça X como a Praça da Via Expressa têm a presença marcante de jovens. Ainda que os desta última sejam mais jovens, com idade variando entre 14 e 18 anos e todos os entrevistados estudam e alguns já trabalham. Diferenciam-se também

por apresentarem um perfil mais reivindicativo e participativo.

Considerações Finais

Como dito no início deste artigo, o modo de apropriação de algumas praças em Belo Horizonte parece sugerir que as reflexões recentes que apontam para a morte do espaço público devem ser relativizadas. Entretanto, há que se considerar significativas mudanças nas formas de apropriação dos espaços públicos e de sociabilidade entre seus usuários. As praças são hoje muito mais utilizadas para os exercícios físicos, ainda que certos valores e estilos de vida sejam explicitados por meio desses usos. Não se trata, portanto, de simples *voyeurismo* ou de participação passiva, como disse Sennett (1988). Outro aspecto dessas recentes transformações é o cuidado com a segurança, presente no comportamento dos usuários, nas ações das associações de bairro, do poder público, das empresas privadas e dos grupos de usuários. Nota-se também um comportamento mais segregacionista.

As praças são bastante frequentadas, mas busca-se cada vez mais a convivência entre iguais e a segregação socioespacial que se observa na cidade é reproduzida nos seus espaços públicos. Ou seja, não há uma recusa à praça, mas uma recusa em interagir com as diferenças. Dessa forma, uma das qualidades dos espaços públicos, a possibilidade de encontro com o diferente, vem sendo evitada pelos novos usuários dos espaços públicos.

Por fim, é interessante analisar a ação do poder público nessas quatro praças. Na Praça JK, o projeto elaborado pelo poder

público tentou contemplar o uso, ainda que segmentado, dos diferentes frequentadores, o que garante hoje a presença – ainda que com poucas possibilidades de interação – dos dois grupos, os de classe média e os moradores da favela. Na Praça X, o que se nota é o abandono por parte do poder público. Essa praça carece de cuidados mínimos, como limpeza, colocação de lixeiras e até mesmo a ação da polícia. Apesar das insistentes afirmações de que não é um lugar seguro à noite, nenhuma ocorrência foi registrada no local, durante todo o ano de 2003. Isso contrasta com as duas outras praças da regional Centro Sul – Praça JK e da Lagoa Seca – onde a presença da polícia (pública ou privada) é mais efetiva. Nessa última, a situação é atípica: trata-se de um espaço de uso público, mas cuja gestão é privada. Em consequência, é um lugar extremamente segregado. Já no caso da Área de Lazer e Esportes Via Expressa, o poder público, pressionado pelas demandas dos moradores, opta pelo fechamento do espaço público. E, ainda que sua constituição tenha contado com a participação de várias entidades, ele desafia uma outra dimensão tão cara aos espaços públicos: a natureza de espaço aberto a todos.

De todo modo, o que se constatou é que as quatro praças investigadas são muito frequentadas. Assim, como pensar em morte ou renúncia aos espaços públicos? É evidente, como revelado em todo o texto, que, num contexto de exacerbação da criminalidade urbana nas grandes cidades, há, por um lado, maior controle da frequência e das interações nos espaços públicos e, por outro lado, a intensificação das interações entre iguais, mas as pessoas continuam se apropriando e interagindo nos espaços públicos das grandes cidades.

Luciana Teixeira de Andrade

Socióloga pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Minas Gerais, Brasil).

landrade@pucminas.br

Juliana Gonzaga Jayme

Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Antropologia e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e dos cursos de Publicidade e Propaganda e Serviço Social (Minas Gerais, Brasil)

julianajayme@pucminas.br

Rachel de Castro Almeida

Arquiteta Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutoranda e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora da equipe de tutoria da Associação Internacional de Educação Continuada (Minas Gerais, Brasil)

rachelalmeida@terra.com.br

Notas

- (*) Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XXVIII Encontro Anual da Anpocs, no grupo de trabalho Metrôpoles: segmentação, sociabilidade e cidadania. A pesquisa que deu origem a este trabalho foi financiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas e o trabalho de campo contou com a decisiva participação de Heloísa Helena de Souza e Jeremias Farias Abbud, alunos do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas.
- (1) Ver o trabalho de Leite (2004) sobre o histórico bairro do Recife. Sobre os usos do espaço público em Belo Horizonte, ver Almeida (2001); Teixeira (2003); Gois (2003).
- (2) Alguns grupos fazem dos espaços públicos espaços da privacidade, quando, por exemplo, os transformam em local de moradia, como aponta Araújo (2004, p. 10): “A construção de moradias improvisadas explicita (...) a presença da esfera privada em locais públicos, trazendo um novo recorte para pensarmos as fronteiras entre público e privado”.
- (3) Trata-se do Programa Adote o Verde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. “Parceria entre a administração municipal e a iniciativa privada e a comunidade em geral, com o objetivo de viabilizar a implantação e, principalmente, a manutenção de parques, praças, jardins, canteiros centrais de avenidas e demais áreas verdes públicas da cidade. É responsável, hoje, pela manutenção de cerca de 300 espaços verdes do município” (site da PBH, acessado em agosto de 2004).
- (4) Nessa praça um grupo de jovens consome regularmente maconha. Eles participaram da pesquisa com a condição, proposta por nós, de que não seriam identificados. Por isso o bairro e a localização precisa da praça não são revelados e a denominamos Praça X.

- (5) Sobre as praças centrais e suas relações com o plano original da cidade ver Arroyo (2004).
- (6) Cada AED – também denominada área de ponderação – compreende um conjunto de bairros cujo número varia segundo as suas respectivas densidades populacionais.
- (7) A identificação dos bairros que compõem cada AED privilegiou os nomes dos bairros maiores e mais conhecidos, como forma de facilitar a sua identificação. Ver Metrodata, Observatório das Metrôpoles. <http://web.observatoriodasmetropoles.net/>
- (8) Optamos por utilizar o Índice de Vulnerabilidade Social para a escolha das Regionais a serem pesquisadas por permitir identificar espacialmente as áreas de maior e menor vulnerabilidade social em Belo Horizonte (Nahas, 2002).
- (9) Devido à sua dimensão, a prefeitura a classifica como parque, mas aqui é considerada como praça por ter forma e usos similares às praças, e, especialmente, porque seus frequentadores a chamam de praça.
- (10) Em Belo Horizonte, as favelas são denominadas vilas pelo poder público e em muitos lugares essa denominação é também empregada pelos moradores, que a preferem devido às conotações negativas do termo favela. Neste texto usaremos ora uma, ora outra denominação.
- (11) Além de vigiarem os carros, em alguns eventos os moradores da Vila são contratados como seguranças. Sobre as difíceis relações entre estratos sociais diferentes, mas que vivem próximos, ver Ribeiro et al. (2004).
- (12) Na região existem três associações. A mais antiga é a Associação dos Moradores do Bairro Belvedere (AMBB), que reúne os moradores do Belvedere I e II. Com a aprovação do Belvedere III surgiram mais duas associações: a Associação dos Amigos do Bairro Belvedere (AABB) e a Associação dos Comerciantes do Belvedere.
- (13) Como esse espaço não existe oficialmente como praça, até porque praça é um espaço de domínio público, não foi possível, nos registros de crimes da Polícia Militar, isolar aqueles referentes ao local. O que se tem são registros dos crimes ocorridos nas ruas que contornam a praça. Segundo esses dados, em 2003 foram registrados aí três crimes: um roubo à mão armada de veículo automotor, um roubo à mão armada a transeunte e um roubo a transeunte.
- (14) Todos os garotos entrevistados disseram na época (2004) frequentar a praça há um ou dois anos. Numa pesquisa anterior nessa mesma praça, durante o ano de 2000, não foi registrada a presença desse grupo.
- (15) Jeremias Abbud, estudante do curso de Ciências Sociais e Júlia Guimarães Mendes, estudante do curso de Jornalismo, ambos da PUC Minas.

Referências

- ALMEIDA, R. de C. (2001). *Espaço público e paisagem urbana: um estudo sobre duas praças de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado Belo Horizonte, PUC Minas.
- ANDRADE, L. T. de. (2001). Condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas e velhas experiências. Anais do IX Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro, 28 de maio e 1º de junho, v. 2, pp. 936-943.

- ANDRADE, L. T. de. (2003). "Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas". In: MENDONÇA, J. G. de e GODINHO, M. H. de L. (orgs.). *População, espaço e gestão na metrópole*. Belo Horizonte, PUC-Minas.
- ARAÚJO, W. M. de. (2004). *População de rua em Belo Horizonte: a reinvenção de espaços domésticos no improviso da moradia*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, PUC Minas (mimeo).
- ARROYO, M. A. (2004). *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, PUC Minas.
- AUGÉ, M. (1994). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.
- BELO HORIZONTE (2004). *Diário Oficial do Município*. Belo Horizonte, Ano X, no 2172, mar.
- CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- DAVIS, M. (1993). *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Scritta.
- DUHAU, E. (2001). Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. *Cadernos Ippur*, v. XV, n. 1, jan./jul, pp. 41-68.
- GIDDENS, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta.
- GOIS, A. J. (2003). *Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significações*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. PUC Minas.
- GUIMARÃES, B. M. (1991). *Cafuás, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, luperj.
- HANSEN, R. S. (2002). El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *Eure*, Santiago, v. 28, n. 84.
- KAZTMAN, R. (2001). Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de La Cepal*, n. 75.
- LEITE, R. P. (2002). Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, pp. 115-134.
- _____ (2004). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Editora Unicamp/UFS.
- LOFLAND, L. H. (1985). *A world of strangers: order and action in urban public space*. Illinois, Waveland Press.
- MATTA, R. da (1997). "Espaço-casa, rua e o outro mundo: o caso do Brasil". In: *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco.
- NAHAS, M. I. P. (2002). "Mapeando a exclusão social em Belo Horizonte". Disponível em: <http://www.pucminas.br/idhs>
- REVISTA ENCONTRO, Especial Mercado Imobiliário, Belo Horizonte, junho de 2004.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; CRUZ, G. dos R. e MABERLA, J. E. C. *Proximidade e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. A cruzada de São Sebastião no Rio de Janeiro*. Disponível em <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/>. Acesso em agosto de 2004.
- RODRIGUES, M. G. (2001). *Zona de fronteira: os limites da gestão urbana*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Belo Horizonte, PUC Minas.

- SENNETT, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SERPA, A. S. P. (2003). “Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana”. In: ESTEVES JR., M. e URIARTE, U. M. (orgs.). *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador, EDUFBA.
- _____ (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo/Salvador, UFBA/Contexto.
- SIMMEL, G. (1939). *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Buenos Aires, Espasa-Calpe.
- SOUZA, M. L. de (2000). *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- TEIXEIRA, A. E. (2003). *Territórios homoeróticos em Belo Horizonte: um estudo sobre interações sociais nos espaços urbanos da cidade*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, PUC Minas.

Recebido em dez/2008
Aprovado em mar/2009

